

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo central, ao estudarmos o pensamento político de Silva Jardim, figura até agora pouco estudada e mesmo mal conhecida, é tentar compreender as maneiras de percepção dos homens que lutaram e fizeram a República Brasileira, e a consciência sócio-política deste grande propagandista republicano que, tão severas críticas e incompreensões das mais generalizadas teria tido pelos seus contemporâneos e até por alguns pósteros.

Nesta mesma perspectiva tentaremos mostrar algumas balizas da época imediatamente anterior a 1889, saber quais as idéias dominantes, quais os setores da sociedade envolvidos, bem como as referências bibliográficas principais para tais sondagens, que teriam culminado numa República tão diferente daquela proposta por Silva Jardim.

Sem dúvida alguma, para com razoável segurança tentarmos entender o Brasil da segunda década em diante do século XIX até o raiar republicano, teremos que levar em conta a importância que as doutrinas de Augusto Comte e de seus epígonos desempenharam na história de nossa vida espiritual, de nossas instituições, de nossa política. Para tanto, entre muitos outros trabalhos, a **História do Positivismo no Brasil**, de Ivan Lins¹, com material riquíssimo, nos dá realmente uma visão do que representou essa filosofia na vida brasileira no referido século XIX, tomando conta da imprensa, do parlamento, das escolas, da literatura, enfim, da vida científica.

Até a aparição de Comte no Brasil, as reflexões sobre o homem e a sociedade traziam sempre a marca da “filosofia romântica”, embora, alguns mais extremados — caso de um Magalhães e Alencar — buscassem um certo equilíbrio entre a concepção moral do mundo e o nacionalismo romântico, ou seja, uma definição mais “orgânica” que nos definisse como “povo”, ou talvez tentando mostrar nossa “missão”. Daí, a princípio, àqueles que se interessam por Comte, estarem mais ligados aos problemas fisiológicos, matemáticos, físicos, do que propriamente à literatura ou política. Em suma: ele não servia àquele ecletismo da época. Precisaríamos esperar a década de 1870 para que ganhasse as consciências e finalmente sua significação filosófica e histórica fosse compreendida.

(1) LINS, Ivan — **História do Positivismo no Brasil** (Coleção Brasileira, vol. 322), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1964. Ver também: BASTOS, Tocary Assis — **O Positivismo e a Revolução Brasileira**. Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1965. COSTA, J. Cruz — **Contribuição à História das Idéias no Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed., 1956. COSTA, J. Cruz — **O Positivismo na República**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956. TORRES, João Camilo de Oliveira — **O Positivismo no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 1943.

Como testemunho lembramos a afirmação tão feliz de Sílvio Romero, que por exagerada que possa parecer, revela-nos a profundidade daquele momento em que os quadros do pensar romântico já não mais servem, em que a própria fé e o império são postos em dúvida, no momento, enfim, em que “um bando de idéias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte”:

“Até 1868 o catolicismo reinante não tinha sofrido nestas plagas o mais leve abalo; a filosofia espiritualista, católica e eclética, a mais insignificante oposição; a autoridade das instituições monárquicas, o menor ataque sério por qualquer classe do povo, a instituição servil e os direitos tradicionais do feudalismo prático dos grandes proprietários, a mais indireta opugnação; o romantismo, com seus doces, enganosos e encantadores cismares, a mais apagada desavença reatora. Tudo tinha adormecido à sombra do manto do príncipe feliz que havia acabado com o caudilhismo nas províncias e na América do Sul e preparado a engrenagem da peça política de centralização mais coesa que já uma vez houve na história em um grande país. De repente, por um movimento subterrâneo, que vinha de longe, a instabilidade de todas as coisas se mostrou e o sofisma do império apareceu em toda a sua nudez. A Guerra do Paraguai estava ainda a mostrar a todas as vistas os imensos defeitos de nossa organização militar e o acanhado de nossos progressos sociais, desvendando repugnantemente a chaga da escravidão e então a questão dos cativos se agita e, logo após, é seguida da questão religiosa; tudo se põe em discussão: o aparelho sofisticado das eleições, o sistema de arroxas das instituições policiais e da magistratura e inúmeros problemas econômicos; o partido liberal, expelido grosseiramente do poder, comove-se desusadamente e lança aos quatro ventos um programa de extrema democracia quase verdadeiramente um socialismo (sic); o partido republicano se organiza e inicia uma propaganda tenaz que nada faria parar. Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travamento da peleja foi ainda mais formidável, porque o atrazo era horroroso. Um bando de idéias novas esvoaçam sobre nós de todos os pontos do horizonte.”²

Vemos, portanto, que esse “movimento subterrâneo, que vinha de longe”, o positivismo, era antes no Brasil apenas uma “filosofia científica”; quando se junta ao “bando de idéias novas”, é encarado então como filosofia da sociedade e da história.

Não nos cabe aqui examinar a história do positivismo no Brasil; o que buscamos é compreender o papel da doutrina comtiana no segundo momento de sua evolução no pensamento nacional, quando aparece, então, como filosofia social e histórica, tentando explicar os motivos de seu êxito e até em que ponto podemos enquadrar o propagandista Silva Jardim neste quadro de pensamento, seguidor que sempre foi desta filosofia, embora nunca ortodoxo, já que também foi influenciado pelas doutrinas de Sainte-Beuve, Planche, Taine e principalmente por Luciano Cordeiro, assimilando-lhe o estilo “saccadé” e artificioso.

(2) Cf. Explicações Indispensáveis, como Prefácio dos Vários Escritos de Tobias Barreto, in Obras Completas, Ed. do Est. de Sergipe, Tomo X, 1926, p.p. XXVI — XXVII.

Verificando o trabalho publicado em 1959, **A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade**, de Roque Spencer Maciel de Barros³ que caracteriza o período da história brasileira de 1868/70 à primeira grande guerra, entre outros aspectos, dois nos chamaram a atenção para reforçar o que pensamos: O “universalismo” e o sentido “prospectivo” dessa “ilustração brasileira”, vivida pelos nossos bacharéis e de capital e decisivo significado na vida nacional.

Nada mais errôneo seria imaginarmos que nossos homens do passado (românticos e bacharéis), vivessem alienados da realidade histórica, procurando apenas repetir o que a Europa ou a Norte-América lhes impusesse. Em verdade, buscaram eles modelos para tentar compreender a “sua” realidade, da mesma forma que hoje a nossa compreensão da realidade é a nossa realidade, igualmente inspirada em variados modelos.

Tal esquema de pensamento, a nosso ver, implica, pois, numa visão universalista e prospectiva do homem e de sua história, exatamente como a que marcaria a “ilustração brasileira”; e é aí justamente que o positivismo se ajustaria no sentido de afirmar a unidade fundamental do espírito humano, sua obediência a uma mesma lei de evolução, prevendo o término deste processo evolutivo. Além disto, a lei dos três estados permitia aos nossos bacharéis “progressistas”, ilustrados, cientistas, a possibilidade de compreender e principalmente interpretar a história brasileira (passada e presente), bem como novas aberturas para o futuro.

Com isto não estamos querendo afirmar que no Brasil tivéssemos tido um positivismo integral, na sua rígida ortodoxia comtista (a não ser o grupo do Apostolado Positivista), mas, sim, um positivismo instrumental, já que na maior parte das vezes justaposto a idéias liberais, que Comte tanto combatera. Seria mais precisamente o sentido eminentemente pedagógico da filosofia comtista que mais se ajustou às aspirações da nova elite intelectual de então, já com a preocupação de erguer o país ao nível do século.

É bem provável que os economistas nos contradigam nesta afirmação, pois para maior parte deles a idéia de desenvolvimento é um “efeito de demonstração”; acreditamos, contudo que, o esforço ilustrado para colocar o país ao nível do século (seja em qualquer modelo — comtista ou spenceriano, por exemplo), é, sem dúvida, um esforço “desenvolvimentista”, já que todas as nações integram uma “humanidade comum”, e suas diferenças, parece-nos, são apenas de “fase”, nunca de “natureza”, e nossa “ilustração brasileira” firmava o “necessário” para o processo de desenvolvimento. E se há um mito moderno das etapas necessárias do de-

(3) BARROS, Roque Spencer Maciel de — **A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade**, Boletim n. 241 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1959.

envolvimento econômico, também o há, e com a mesma função, no “ilustrado” das etapas da evolução humana, e essa geração do século passado teve igualmente uma aguda consciência também dos problemas de índole econômica que o processo dessa evolução naturalmente envolve.

Tais considerações, queremos crer, irão nos auxiliar a compreender melhor o trabalho de Silva Jardim e a sua significação: servindo-se do positivismo como de um instrumento para a interpretação do real, buscou sempre erguer o seu país e integrá-lo na humanidade “desenvolvida” do futuro. Atirando-se à atividade prática, fora sempre movido pelos mesmos interesses de modificação real daquela estrutura já obsoleta para a época em que vivia. Ele visava sempre algo que estaria além do que realizava, instalado, sim, num futuro que lhe parecia necessário e desejável.

Simpático que era ao positivismo, compreendia o futuro como algo que, de certo modo, se contém no passado; se a história, para Comte, é o processo do desenvolvimento do espírito, cada fase vivida pela humanidade conta, e não pode ser elidida. Neste sentido colocamos a ação do grande propagandista: quis sempre entender como o passado produziu o presente e, nesta visão, através de uma revisão adequada, o futuro. Mas entendamos bem: não criar o futuro; apenas compreendê-lo e acelerar a marcha na sua direção.

Praticamente nos parece impossível compreender o 15 de novembro de 1889, sem essa figura agitadora e semeadora dos novos ideais na preparação dos espíritos, numa verdadeira catequização das massas, nas suas reivindicações concretas aos trabalhadores e ao povo em geral, ou como já nos disse Maurício Vinhas de Queiroz⁴ “o precursor do socialismo científico no Brasil”, já que, sabia Silva Jardim que não era a vontade do homem que explicava as transformações: existem normas sociais, que não podemos desconhecer ou delas fugir. É nesta formulação que se aproxima de Karl Marx, quando nos ensina que a consciente atividade dos homens pode “acelerar ou retardar” a marcha da evolução social.

Tal qual os teóricos do socialismo contemporâneo, Silva Jardim observou que o movimento social apresenta duas formas: a evolutiva e a revolucionária, concluindo que a última etapa de uma evolução é sempre um ato revolucionário. E Silva Jardim compreendia bem a época em que vivia: nos últimos dias do Império Brasileiro os republicanos não formavam um todo homogêneo; ao contrário, apresentavam interesses antagônicos, e o único ponto que os identificava era a aspiração comum do novo regime. Os positivistas ortodoxos (caso de um Teixeira Mendes ou Miguel Lemos), aspiravam atingir a República apenas pela evangelização dos espíritos (daí os apelos feitos a Pedro II para que se prestasse a ser um

(4) QUEIROZ, Maurício Vinhas de — *Paixão e Morte de Silva Jardim* (Coleção Retratos do Brasil, vol. 57). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

instrumento dessa gradual transformação, e ele próprio poderia vir a ser o presidente perpétuo). Outros, os “politiqueiros *soi-disant* republicanos”, interessados apenas em posições, acostumados aos cambalachos (era o caso de uma ala do Partido Republicano de São Paulo). Outros ainda, principalmente senhores de terra ou burgueses (sobretudo ainda em São Paulo), bastante ligados à sua origem rural, que não viam claramente as vantagens da mudança do regime, principalmente com relação às relações de trabalho.

Daí toda a preocupação e todo pensamento do jovem tribuno: conscientizar e consolidar o verdadeiro núcleo revolucionário, agrupar os verdadeiros defensores da causa e alijar aqueles que se diziam republicanos, mas, no fundo, não passavam de oportunistas e aproveitadores da situação.

Isto significa dizer que a República no Brasil foi fruto de uma curiosíssima conjunção de forças: a da propaganda dos republicanos históricos que vinham desde 1870 e obedeciam a Quintino Bocaiúva; a dos exaltados que seguiam o jovem e brilhante orador Silva Jardim; a dos políticos desencantados (conservadores e liberais, monárquicos depois da Abolição); a dos abolicionistas, da linha de Joaquim Nabuco e a dos federalistas de Rui Barbosa..

Quer nos parecer que um dos erros mais profundos de toda a propaganda revolucionária de Silva Jardim contra o Império — uma espécie de oportunismo com relação a muitos proprietários rurais, no momento irritados com o governo imperial, por haver este cedido à Abolição — fez com que nosso revolucionário dissesse: “o que é preciso fazer é consolidar a Abolição, desviando a indignação (dos proprietários rurais), contra a princesa e contra o trono, e de um projeto de indenização para a aspiração à República; é isto que é preciso proclamar e instituir”.⁵

Parece-nos que Silva Jardim não se apercebeu ou não teve mesmo consciência da verdadeira correlação das forças em jogo, nos diferentes momentos de alguns de seus vários “meetings”. Porque, em verdade, no Brasil de todas as épocas, os homens e as instituições sempre se mantiveram na posição de um paradoxal antagonismo, inacreditável, certas vezes, ocultando uma veemente aversão pelo ajuste de suas próprias razões ou necessidades. Daí a formação de grupos insatisfeitos, despidos de compreensão própria na relatividade do amadurecimento das concepções. Somos desta ou daquela opinião, porque não a temos em verdade! Daí igualmente, a luta entre Individualismo e Idealismo que se pode apreciar em nossa evolução histórica.

(5) JARDIM, Antonio da Silva — *Memórias e Viagens, Campanha de um Propagandista (1887 — 1890)*. Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1891.

O que queremos com isto afirmar é que nesses momentos históricos do século XIX, observamos que a “reuropeização” acarreta seus seus efeitos no Brasil, abruptamente, da herança portuguesa às formas econômicas, jurídicas e políticas da Europa Moderna, do liberalismo econômico, do parlamentarismo, da monarquia constitucional, e de tantos mitos progressistas... Mas, em verdade, como nos diz Florestan Fernandes:

... “trata-se sobretudo de uma europeização dos níveis de aspiração das classes dominantes ou de suas elites dirigentes, nem sempre dos modos de agir, raramente dos modos de ser e muito superficialmente do estilo de vida acessível a todos. Em suma, o que se transfere, de imediato, não é nem um padrão de cultura nem um padrão de integração da ordem social. A transferência se deu ao nível das normas, instituições e valores sociais, que iriam orientar o comportamento verbalizado, primeiro, e o comportamento efetivo, em seguida, através da cooperação ou do conflito, na direção daqueles padrões. Nesse sentido, o que prevaleceu, como força histórico-social dinâmica, foi a identificação com a civilização ocidental, a qual explica os vários caminhos tomados pelos diferentes círculos das camadas dominantes para ajustar interesses sócio-econômicos mais ou menos toscos e imediatistas às estruturas econômicas, sociais e jurídico-políticas requeridas pelo capitalismo”.⁶

Isto significa dizer que havia uma série de contradições entre os modelos considerados ideais e as formas reais de organização social vividas no Brasil daquela época (último quartel do século XIX), onde as tensões eram inúmeras e podiam ser manipuladas dentro de uma mesma classe social⁷, de acordo com seus interesses, e permanecendo num círculo vicioso: economicamente débil e com estruturas sociais demasiadamente rígidas, determinando-nos um processo extremamente lento, descontínuo e convulsivo, como já mencionamos, e ainda mais, onde poucas, bem poucas mesmo, eram as inteligências vibrantes e capazes de conduzir massas a alguma real mudança. Aliás, o que é bem entendível; se os homens não tinham condições para formarem consciência das relações que deveriam existir entre técnicas, valores e objetivos sociais em suas vidas, é evidente também que o caminho para correlacioná-los institucionalmente ficaria bloqueado, fazendo com que qualquer processo de inovação se esvaziasse.

Pelo interessante testemunho colhido do jornal “A Cidade do Rio” podemos confirmar o que mencionamos:

... O desalento nacional precisava de um choque de civismo e de coragem para desempenhar a consciência anquilosada pelo meio social de hipocrisia.

(6) FERNANDES, Florestan — **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento** (Biblioteca de Ciências Sociais). Rio de Janeiro, Zahar, 1968, página 25.

(7) Utilizamos no transcorrer de nosso trabalho a expressão “classe social”, apenas para definir as camadas de população, sem nos atermos ao sentido sociológico de maneira geral.

... Depois que o imperador deixou o poder, ficou bem patente aos olhos de todos a corrupção profunda do império. ... Sua Majestade praticava Maquiavel com finura e elegância.

... A Regência, porém, é desastrosa: as suas execuções são cruéis, como a de Isabel de Inglaterra; a sua altivez desdenhosa lembra a de Isabel de Espanha.

... Está hoje fora de dúvida que o país foi reduzido aos favoritos de palácio. ... Quando um governo qualquer assim procede, só os desbriados, os mercenários, os famintos podem sustentá-lo.

... Daí acreditarmos que a Regência desconhecia a difícil arte de governar, pois administrar já não lhe era peculiar..."⁸

Eis o porquê dessa geração de Silva Jardim ser muito simplista em termos de política: o uso do poder era o máximo objetivo a ser atingido, já que através dele conseguir-se-ia a estabilidade social, provocando a circulação das elites no poder. Daí a pretensão de Silva Jardim em querer que o Estado republicano se tornasse o ponto de convergência e de equilíbrio dos interesses sociais comuns das diferentes classes, aproveitando os ânimos patrióticos do cidadão comum⁹. Entretanto, veremos posteriormente que o Estado republicano não se consolidou nesse esquema; muito pelo contrário, herdou o poder das classes sociais dominantes, não dispondo de meios para incluir os demais estratos sociais. O povo manteve-se apático, passivo, divorciado de todo o processo.

Queremos deixar claro que os conceitos de grupo social, classes sociais, sociedade, emitidos por Silva Jardim em vários de seus opúsculos, baseiam-se, em grande parte, nos conceitos comtianos, que, com relação a conceito de grupo social, muito antes de Marx, já distinguia ele entre estrutura e superestrutura nas sociedades, não com estes termos, evidentemente, mas com igual nitidez de conceitos. Diz Comte: "...**Aucune société réelle et compacte ne peut se former et se maintenir sans l'influence d'un système d'idées quelconque, capable de surmonter l'opposition des tendances individuelles, si prononcées à l'origine et de les faire concourir à un ordre constant**"¹⁰. E conclui: **Par cette mémorable innovation, la capacité industrielle put se développer, se perfectionner, s'étendre, et les nations purent s'organiser dans toutes leurs parties sur une base industrielle, la tête seule de la société restant militaire, ainsi que la direction générale dont elle continuait à demeurer en possession**"¹¹.

(8) "O Favoritismo". A Cidade do Rio, Rio de Janeiro, ano II, nº 26, fevereiro 3, 1888, página 1.

(9) Explica-se pois, o porquê de Silva Jardim em pretender uma revolução para a solução Republicana, embora o propósito revolucionário impeça que a racionalidade se torne absoluta. O levante armado é uma forma especial de luta política; tem leis próprias de desenvolvimento que devem ser aprendidas, e Karl Marx expressou isto com extrema clareza quando escreveu que "a revolta é uma arte, como a guerra". Lenin, *Ausgewählte Werke*, Viena, 1925, pág. 448.

(10) COMTE, Auguste — Opúsculo de 1825. In *Système de Politique Positive ou Traité de Sociologie*. Apêndice, vol. IV, Paris, 1854, pág. 143.

(11) COMTE, Auguste — Opúsculo de 1820. op. cit., pág. 6.

Pode-se, pois, observar que a mudança social se faz, então, de maneira dialética nas relações entre essas capacidades sociais novas que surgiam e os poderes temporal e espiritual que já existiam, mostrando-nos, portanto, e apenas à guisa de uma exemplificação, essa noção dialética de mudança social em Comte, aparentemente análoga à de Mark e que, em alguns momentos, também se faz sentir em Silva Jardim.

São notórias em seu pensar as influências dos socialistas utópicos de 1848 em França, antecipando o método tipológico contemporâneo, à maneira de Durkheim, Jellinek e Weber, com relação aos tipos históricos de organização social: o militar e o industrial, ou seja, passar-se-ia do tipo militar para o industrial (no primeiro, o domínio se faria sobre pessoas, e no segundo, sobre coisas, sobre a própria natureza).

Embora saibamos que a sociologia atual seja praticamente contrária à evolução (e o próprio Silva Jardim seria mesmo mais pela revolução), no sentido do século XIX, não há como negar que o conceito de diferenciação ainda mantenha as mesmas notas essenciais: à medida que uma sociedade vai se tornando mais densa, mais rica em estrutura, se vai tornando, por igual, mais diferenciada, mais fecunda em órgãos com funções específicas.

Tanto para Comte como para Silva Jardim o governo deveria intervir no mercado da mão-de-obra, regular e organizar a vida econômica, para que a divisão do trabalho não viesse acarretar a dissolução da sociedade, isto é, conservar a organização espontânea da estratificação das forças econômicas que surgem e se mantêm na sociedade.

Daí, em vários "meetings"¹² realizados por Silva Jardim, observarmos sempre as suas determinações comuns a todos os grupos sociais potenciais ou efetivos de oposição (independentemente da dimensão cronológica), e, em muitos movimentos, estes grupos sociais de oposição, assumindo formas de castas, estamentos e classes sociais, fazendo-nos concluir que a luta política por ele defendida feriu-se entre a nobreza e a burguesia, isto é, entre o estamento e a classe. Para ele, as formações sociais de castas eram um extremismo de relações sociais petrificadas, oprimidas que foram pela casta dominante, e a decorrência natural então, de não haver "lutas de classes" (de castas). Viu, igualmente, na Monarquia Brasileira um Estado feudal-absolutista, com uma sociedade marca-

(12) Preferimos conservar o termo "meeting", que a imprensa do século XIX tão larga e indistintamente mantinha, pela força representativa desta reunião ou convívio popular. Conforme explicação dada em "Neologismos Indispensáveis - VI" GAZETA DE NOTÍCIAS, ano XV, nº 77, Rio de Janeiro, Março 18, 1889, pág. 2, extraímos a seguinte explicação: "MEETING", palavra inglesa, adotada pelos franceses, posto que significa "reunião", "ajustamento". Tem quando empregada em inglês, em francês e até na própria língua portuguesa (!), a especial acepção de uma "reunião de povo", quase sempre, ou antes, sempre convocada por orador, que se dirige as massas populares para tratar de assuntos políticos".

damente estamental, ao mesmo tempo possibilitando a constituição da burguesia como classe social.

Por outro lado, observamos, pelo depoimento de Aquino Fonseca, que

“nenhuma transformação social se dá, sem que a força propulsora d'essa mudança resida n'um indivíduo ou grupos de indivíduos. E são as idéias que os animam, e neles se identificam, que dão-lhes energia, força e coragem no doloroso caminho da propaganda e do proselitismo”.¹³

Concordava, sem dúvida alguma, ao afirmar essa mudança social, com os mesmos propósitos de Silva Jardim, no sentido de que na evolução histórica todo ideal de justiça, direito, liberdade, reformas igualitárias, sugestões políticas, passam, infalivelmente, do simples período de meditação ao da agitação, ou seja, da reflexão à prática, e desta maneira todos têm uma missão a cumprir.

Constatamos que, no instante em que a organização político-econômica começa a não consorciar-se com as necessidades éticas e intelectuais da sociedade, esta, forçosamente subdivide-se em dois grupos, que travam guerra recíproca (seria a força da conservação e a tendência à renovação).

(13) FONSECA, Aquino — “A República Rio-Grandense” (Ext. da Introdução aos Apontamentos para a História das Revoluções Pernambucanas, obra inédita). *Revista Federal*, Rio de Janeiro, ano I, nº 5, pág. 3, Setembro 20, 1886.